



Possibilidades e limites para uma economia humanizadora: desafios éticos atuais¹³⁹

Possibilities and limits for a humanizing economy: contemporary ethical challenges

Ozenildo Santos Xavier da Rocha

Pós-doutorando no PPG de Ciências da Religião da PUC-Minas

Resumo: Constatamos na contemporaneidade o avanço das economias emergentes e sua inserção nos mercados mundiais. Ao mesmo tempo em que se amplia o crescimento econômico, vê-se paralelamente, embora menos articulado entre as autoridades responsáveis, gritos que ecoam da natureza, das relações de trabalho e da política etc., na busca de humanização nesses espaços de interação profissional. Nesse caminho, perceber o crescimento das nações em sua relação com os problemas sociais e ecológicos se anunciará como estudo mais aprofundado apreendendo de então suas implicações éticas. É nesse sentido que analisar a economia e suas implicações na vida contemporânea tornar-se-á altamente relevante para propor por meio de compreensão atualizada uma caminhada ética que tenha como pressuposto a humanização nas relações interpessoais e o cuidado nas relações homem-natureza. Uma visão ético-teológica poderá auxiliar a economia dando-lhe aportes significativos na construção de uma nova sociedade cada vez mais justa, solidária e consciente das questões que se apresentam na contemporaneidade.

Palavras-chave: Economia. Humanização. Ética. Solidariedade. Justiça.

Abstract: We note in contemporary advancement of emerging economies and their integration in world markets. While that expands economic growth, we see parallel, though less articulated between the authorities, the screams that echo through environmental context, labor relations and politics, etc., seeking to humanize these spaces of interaction professional. In this way, analyzing the growth of nations and their relation to social and ecological problems will show how further study seizing therefore its ethical implications. In this sense, analyzing the economy and its implications for contemporary life will become highly relevant to propose new understanding through a walk humanizing ethics in interpersonal relations and the environment. A theological-ethical vision can help the economy by giving you significant contributions in building a new society more just, compassionate, and aware of the problems that arise in contemporary times.

Keywords: Economy. Humanization. Ethics. Solidarity. Justice.

Recebido em: 30 ago. 2024 Aprovado em: 12 dez. 2024

¹³⁹ Este artigo é um desdobramento de comunicação apresentada no ANAIS DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST Faculdades EST – São Leopoldo – 10 a 14 de setembro de 2012.

Introdução

O tema da “economia e humanização” suscita em nós inquietações que merecem ser consideradas. Em primeiro lugar, pensar a economia na contemporaneidade, mais que uma disciplina acadêmica, tem se tornado questão imprescindível para a convivência atual entre indivíduo e sociedade, Estado e iniciativa privada, Estados e organismos mundiais, homem e meio ambiente.

A questão levantada quando se propõe tal discussão versa sobre a possibilidade de um modo de vida sustentável e as relações que se dão daí são elementares para os processos de humanização e desenvolvimento do ser humano. Nesse caminho, a humanização torna-se a chave para uma compreensão norteadora diante dos desafios que nos são propostos.

A humanização como inerente à realização e desenvolvimento do homem perpassa as diversas esferas da sociedade. A história nos mostra diversos modos de atuação humana no sentido de acomodar-se às novas demandas. Essas atuações veem dos movimentos culturais, religiosos, político e econômicos. Tais manifestações intuem a concretização de um modo de vida que seja sustentável diante dos desafios que sempre se apresentam.

Percebe-se, no entanto, que a humanização pensada no horizonte da economia teria uma razão. A economia de mercado é a que predomina hegemonicamente. As relações e os modos de produção são submetidos às regras próprias dadas em cada movimento da economia. Desse modo, uma economia com tal complexidade, necessitaria de uma “mão invisível” para auto regulá-la.

Nessa descrição Smithiana, o mercado, em sua própria natureza se encarregaria de regular todas as transações econômicas. O problema que daí surge é que, a autorregulação passa por crises. Especificamente as de 2009 e 2011, para não mencionar as anteriores, nos mostram que existe um limite que foge ao controle da “natureza” econômica do mercado atual.

O crescimento das nações é medido, sumariamente pelo PIB (produto interno Bruto). A relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano torna-se elemento secundário. Isto porque, pensar em uma cultura de desenvolvimento social, para o atual sistema é retroceder na proposição de progresso. Desenvolvimento humano nos moldes de políticas sociais consolida-se como *gasto* em uma cultura de otimização de recursos e busca incessante pela lucratividade.

Nesse caminho, torna-se válida a busca pela compreensão de uma economia que tenha como pressuposto a humanização e o desenvolvimento das dinâmicas criativas inatas ao ser humano. A ética vista nas relações econômicas atuais, carecerá de uma ressignificação à medida que as promessas modernas de progresso e desenvolvimento não contemplem em sua agenda a liberdade, a partilha, a solidariedade e a autorrealização como categorias éticas fundamentais quando se pensa a humanização e suas implicações.

1. Economia e ética: processo de distanciamento

A economia em domínio hoje é a economia de mercado. A economia de *bem-estar social* cada vez mais se vê ameaçada pelo neoliberalismo que, de modo sutil adentra à política, dificultando os processos democráticos dos Estados modernos. Nem sempre foi assim. Essa verificação se dá pelo fato de que a economia, em outros tempos

constituía-se em parte de um processo que envolvia também a política e, ambos dentro do contexto da ética. Portanto,

Há mais de duzentos anos que os quadros referenciais dominantes do pensamento ético e econômico vêm distanciando-se um do outro. Esta desintegração intelectual entre economia e ética é provavelmente uma das causas mais profundas por que a integração efetiva deixa tanto a desejar.¹⁴⁰

A preocupação em como a economia na atualidade tem se processado faz emergir dos campos da ética e da própria economia vozes em busca de pistas para um novo direcionamento aos valores adotados por ela. Hoje, o que vemos é a ética pensada à parte do contexto da economia.

A ética de Aristóteles consistia de uma ética geral, que era completada na ciência política e, de modo mais limitado e fragmentário, na ciência econômica. A finalidade de cada uma dessas ciências era a de procurar a essência própria de cada atividade. O *bem*, objeto da política, não era a sobrevivência material, mas a *vida boa* na comunidade mais ampla da polis: uma vida onde o cidadão participava da administração pública e comungava do desenvolvimento da ciência e da cultura. Além de formular o comportamento moral próprio de cada atividade.¹⁴¹

A ordenação justa entre as diversas esferas sociais encontra em Aristóteles uma ética na qual a coerência e a hierarquia fossem apontadas como comportamento social adequando. Para ele, “a primeira função de uma economia moral consiste em conservar e reproduzir as relações sociais que possibilitam o funcionamento da economia doméstica e, por consequência, também da *polis*”¹⁴². A economia, em Aristóteles, teria uma fundamentação ética.

Aristóteles ancora a economia firmemente em seu sistema ético. O econômico fica subordinado ao político e à moral. No mundo aristotélico o viver bem (*eudaimonia*) tem prioridade sobre a acumulação. A harmonia e a coesão sociopolítica são garantidas pela justiça. O modelo preconiza a troca com preços normais ou justos. Este paradigma irá fecundar o pensamento econômico no mundo islâmico, e no ocidente, inspirar os escolásticos nas suas análises econômicas.¹⁴³

Na idade média, a articulação econômica entre os vários setores tinha suas práticas e teoria balizadas pelo direito civil e canônico. Essas teorias e práticas vigoram até o século XIII pelos legistas e canonistas.

¹⁴⁰VOS, Herman; VERVIER, Jacques. *Utopia cristã e lógica econômica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁴¹VOS e VERVIER, 1997, p.84.

¹⁴²VOS e VERVIER, 1997, p. 84.

¹⁴³VOS e VERVIER, 1997, p.86

As normas vigentes nas transações econômicas eram tiradas do direito civil e direito canônico. Depois com a chegada dos escritos de Aristóteles no ocidente latino, a iniciativa passou para o campo dos teólogos (escolásticos). Daí para frente passaram a afeiçoar as normas econômicas com a ajuda da ética aristotélica.¹⁴⁴

Nessa articulação, os escolásticos pautavam como elementos doutrinários a atuação ética diante das várias esferas da sociedade, sobretudo, na prática econômica. Essa ação visava disciplinar a economia, assim como em Aristóteles, nos preços e nas relações de troca. Os teólogos medievais preocupavam com a moralidade dos negócios, apontando que o preço justo é aquele “estimado em um dado momento pelo mercado e que pode sofrer variação de acordo com as necessidades, porém, a especulação motivada pela ganância destruiria a coesão moral da sociedade”.¹⁴⁵

Tomás de Aquino, influenciado por Alberto Magno, ambos, teólogos escolásticos medievais exerceram papéis importantes na fundamentação ética para os preços, moeda e juros. Seus comentários revelam o caráter ético que deveria nortear as dimensões econômicas. Após esses dois pensadores, a escolástica medieval não mostra pensadores com a expressão desses. Diante disso, o que se percebeu é que

A escolástica medieval abordava atividade econômica do ponto de vista da ética, não se preocupando de modo sistemático com a racionalidade econômica da alocação de recursos escassos para a criação dos bens e das riquezas. A preocupação era a de fornecer critérios éticos para os agentes econômicos numa sociedade feudal, onde eclodiam o comércio e a monetarização. Para isso retomava às ideias de Aristóteles, adaptando-as às realidades e à doutrina de seu tempo. Mantinha a tese da subordinação do econômico à moral e continuava a buscar critérios para o preço justo na troca de mercadorias e serviços. Como contribuição desenvolveu [...] o preço de mercado e o preço de custo.¹⁴⁶

Com a internacionalização da economia, a economia agropastoril sofre influência em suas bases e a liquidez econômica amplia seus espaços. Surge também a expansão dos créditos e, o problema dos juros, passa a ser relativizado, desde que fossem para cobrir os riscos ou eventuais prejuízos obtidos. Foi verificado que regular o preço a partir de uma realidade econômica local não seria viável considerando as diferenças cambiais.

O valor internacional das letras de câmbio não é o mesmo nos diferentes centros. Flutuações desiguais em oferta e demanda de mercados e de moeda nos mercados nacionais resultam em diferenças em taxas de câmbio. [...] As diferenças em taxas de câmbio que são o resultado das flutuações do mercado e os lucros que decorrem dessas diferenças são moralmente justificáveis.¹⁴⁷

¹⁴⁴ VOS e VERVIER, 1997, p.86

¹⁴⁵ VOS e VERVIER, 1997, p.87

¹⁴⁶ VOS e VERVIER, 1997, p.89

¹⁴⁷ VOS e VERVIER, 1997, p.92

Percebe-se, portanto, que a economia, em certa medida, mesmo com tendência a ser desarticulada da ética, era pensada ainda em categorias éticas. Com o advento da modernidade surge um processo de separação entre a economia e a ética. Todo o processo de racionalização científica e técnica produzirão um novo tipo de mundo. A modernidade também traz em seu bojo a valorização do indivíduo o que fez com que a ética e a economia processassem uma ruptura.

A mão invisível que Adam Smith descobriu na economia foi o *mecanismo autorregulador do livre-mercado*. Adam Smith não descobriu a importância do mercado. A escolástica já a descobrira antes. É que a troca livre permitiria, na ausência de monopólios, a formação de preços justos, refletindo a livre escolha e a avaliação da sociedade. E, bem antes, o mercado já fora analisado como um bem ético por Aristóteles porque garantiria a justiça nas relações de troca.¹⁴⁸

O que vale destacar aqui é que os pressupostos morais fixos não interessavam mais ao meio científico racionalizado. Há um deslocamento entre leis de caráter natural para as de caráter causais. O espírito investigativo, com as suas novas descobertas passa a ter primazia sobre as questões morais, fixas no paradigma da natureza.

A modernidade significou a superação da determinação da natureza e a introdução do contrato social, baseado na lei constituída pela vontade geral. O cidadão moderno não vive sob o regime natural, mas sob o regime da lei como expressão da vontade geral. Porém, a lei não é fruto de uma imposição heterônoma, e, sim, de uma aceitação autônoma da consciência. Destarte, a ação é avaliada moralmente pela autonomia da consciência diante da lei.¹⁴⁹

Aqui se vê que a economia sai da tutela da ética para caminhar livremente e autorregulada pelo próprio mercado. Se a ética se dera anteriormente como reguladora dos processos econômicos e políticos, agora, à margem, passa a fazer parte de outro “departamento”.

À medida que a economia, a administração, o Estado diferenciam-se e dão nascimento a aparelhos complexos, seu desenvolvimento e seu funcionamento exigem uma subdivisão cada vez mais acirrada das competências e das tarefas, uma *organização* cada vez mais diferenciada de *funções*, que, por seu turno, são cada vez mais especializadas. [...] Uma vez iniciado, o processo desenvolve sua dinâmica própria: cada etapa na diferenciação das competências provoca um acréscimo de burocratização, que permite um acréscimo de diferenciação das competências, e, assim por diante.¹⁵⁰

¹⁴⁸ VOS e VERVIER, 1997, p.93

¹⁴⁹ JUNGES José Roque. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo- RS: Editora Unisinos, 2002.

¹⁵⁰ GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2007.

Como a ética agora tem papel desvinculado das questões econômicas e políticas, perde-se sua relevância em um contingente de pluralidade. A economia, nos tratados novos que surgem passam a assumir posições antagônicas. “O bem-estar social não se cria por limitações éticas, mas por uma forma extrema de egoísmo competitivo que induz à parcimônia e à atividade produtiva”.¹⁵¹

Pelo fato de a ética agora ser um fator ligado à subjetividade, a ideia de liberdade passa a ser o motor que vai conduzir todas as dimensões da vida, em particular, a economia. Por causa da nova ética moderna que surge, “a ética tradicional e a religião são obrigadas, não sem lutas e conflitos, a dar lugar ao pluralismo social”.¹⁵²

Diante dessa pluralidade, o imperativo categórico kantiano, quando posto diante do mercado, gerou a possibilidade de uma ética contratual. Nessa perspectiva, enquanto o mercado não encontra uma forma de autorregulação, as pessoas podem assumir contratos particulares baseados no consenso. Instala-se uma provisoriedade ética nas relações de troca.

Ao renunciar a cada imperativo ético, a solução econômica do pluralismo radicaliza o reconhecimento da liberdade individual. O preço que se paga para isso é o relativismo ético. Julgamentos éticos são meramente apreciações *individuais* e *subjetivas* de valores. Perdem a validade universal e são reduzidos a “variáveis exógenas”, numa função de bem-estar. Pode se falar apenas de soluções mais ou menos eficientes de escolhas sociais e individuais.¹⁵³

Vimos, portanto, que o processo de subjetivação da ética tem impacto nas relações privadas e coletivas reguladas por essa mesma subjetividade. Desse modo, a cultura gestada é tecnicista e sua base está na funcionalidade. Otimizar as condições de ganho com as de bem-estar foi o processo que tentou fundamentar “um projeto de sociedade baseado no cuidado mútuo do interesse próprio”¹⁵⁴. Uma questão que se levanta diante de uma sociedade plural e permeada de tecnicidade é se

A volta da ética como visão e ideal global é realmente possível e desejável em um contexto dessemelhante? Não deve a moral, numa sociedade pluralista, limitar-se a um conceito residual ou *consenso mínimo* acerca do respeito pelas regras do mercado e do contrato? Pode a ética moderna ser mais que uma moral de procedimento e não visionária, que supõe que as pessoas, com medo do caos e/ou movidas pelo interesse próprio, irão ao menos respeitar esse mínimo?¹⁵⁵

Essas e outras questões são levantadas quando se pergunta pelo critério de humanização adotado pelos sujeitos do mercado e da própria economia. Tais questões levantadas teriam razão de ser, à medida que trazem à tona as limitações encontradas dentro do sistema econômico, onde as contradições se mostram nos inúmeros problemas que se nos apresentam.

¹⁵¹VOS e VERVIER, 1997, p.94.

¹⁵² VOS e VERVIER, 1997, p.95.

¹⁵³ VOS e VERVIER, 1997, p.97.

¹⁵⁴ VOS e VERVIER, 1997, p.101.

¹⁵⁵ VOS e VERVIER, 1997, p.101.

2. Globalização, bem-estar social e neocapitalismo

A globalização gestada na modernidade possui característica diferenciada. Ela, associada ao processo de mercantilização, carrega consigo inúmeras contradições. Se de um lado o sistema capitalista promove a modernização das nações e economias com seu modo de produção, esse mesmo processo se desencadeia em contradições que, embora negadas, são, de fato, percebidas.

Na década de 1960, a economia mundial cresceu a um ritmo de 5% anual (corrigido pela inflação). Nos anos 1970, o crescimento diminuiu para 3,6% ao ano. Nos anos 1980 houve uma maior desaceleração atingindo 2,8% anual e na primeira metade da década de 1990 o mundo experimentou um ritmo de crescimento de apenas 2% ao ano. Em duas décadas o capitalismo perdeu 60% do seu impulso. Este diagnóstico de crise não é baseado em critérios extracapitalista, como por exemplo, a exclusão dos pobres, mas sim no critério capitalista por excelência: o crescimento econômico. Esta é a principal causa pela qual alguns defensores incondicionais do capitalismo estão propondo novas leituras da teoria econômica e aceitando discutir as suas contradições internas.¹⁵⁶

Tais contradições, se medidas sob perspectiva extracapitalista como desigualdade social, pobreza extrema, condições precárias no mundo do trabalho etc., são ainda mais alarmantes. Pensar o desenvolvimento fora desses parâmetros seria ignorar os processos integrais de desenvolvimento que leva a sério a humanização.

O *homo*, portanto, é um ser inconcebível numa forma atômica e fragmentada. É um *ser-relação*, um ser ao mesmo tempo pessoal e social, uno e múltiplo, singular e plural, cotidiano e histórico, jamais completo e definitivo senão em processo de fazer-se, de superar-se, de ir mais além – um ser evolutivo e educativo.¹⁵⁷

A humanização é um fator preponderante na consecução de uma ética que leve em conta a integralidade do ser. A globalização, com todas as configurações que carrega (econômicas, sociais, intelectuais, éticas), explicita questões pouco elucidadas pela economia de mercado, em suas práticas racionalizadas e cientificamente tecnificadas.

O humano precisa ser pensando em sua múltipla relação com a natureza, consigo mesmo e com o outro. Negar a ação concreta do processo de humanização é submeter todo o processo de desenvolvimento humano à fatalidade. O homem, como aponta Arruda, “é um ser em processo contínuo de crescimento, que trabalha e cria, que conhece e age e, um ser amoroso”.¹⁵⁸

A globalização, à medida que possibilita ver o mundo com uma “aldeia global”, tem permitido um novo modo de conceber as coisas e as pessoas. Esse avizinhar entre os povos pressupõe que as relações estabelecidas necessitarão de parâmetros éticos concretos para que se dê em liberdade a participação de todos que estão interligados por essa teia de informações e trocas diretas e indiretas.

¹⁵⁶SUN, Jung Mo. Desejo, mercado, religião. São Paulo: Fonte, 2010.

¹⁵⁷ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.

¹⁵⁸ARRUDA, 2003, p. 201ss.

O individualismo tem acentuado toda sociedade Ocidental à medida que o maior competidor do capitalismo foi superado hegemonicamente, o socialismo. Nas sociedades orientais, a economia de mercado adentrou, mas o processo democrático não se desenvolveu a contento.

No ocidente, a vitória sobre o bloco comunista foi celebrada com a vitória do capitalismo democrático. A democracia liberal se baseia na noção de um “indivíduo, um voto”, isto é, na igualdade formal entre todos os cidadãos. O sistema de mercado, por outro lado, se baseia na capacidade de concorrência dos indivíduos no mercado, na lei da sobrevivência do mais forte ou do mais apto e, com isso, tende à desigualdade social e concentração de riquezas, chegando, como nos dias de hoje, à exclusão social de uma parcela importante da população.¹⁵⁹

Tal promoção da individualidade gerará sempre um modo de competição que coloca aqueles em condições menos favoráveis de competição à margem dos processos de desenvolvimento econômico e social. Nesse caminho deve-se questionar se esse modo de entendimento global de uma ética que foca, essencialmente no indivíduo e na competição entre eles, se essa mesma postura ética é um caminho sustentável diante dos grandes problemas que encontramos no mundo.

Mas o que acontecerá quando a economia mundial, e não apenas o fluxo de capitais, chegar a funcionar sem fronteiras nacionais, passar a ser realmente global? Na competição sem fronteiras das empresas, das regiões e das posições, quem haverão de ser os ganhadores? Não se transformará esse mundo “economizado”, e por isso talvez inóspito, antidemocrático ou mesmo desumano, para o qual seremos da noite para o dia, catapultados através da globalização, em vista de uma maior produtividade e rentabilidade?¹⁶⁰

A globalização é um processo que não se pode evitar. Acompanhar essas mudanças históricas, sua gestação e desenvolvimento, se proporrá como caminhada desafiadora para uma leitura ética de cada um dos acontecimentos. Em termos de fé, é válida a leitura que contemple cada evento sem as preocupações apocalípticas, mas com uma leitura realista dos fatos, fugindo de certa ingenuidade quando inteirado do tema em questão. Diante disso, precisamos compreender que

A globalização não é nenhuma conspiração dos americanos, japoneses ou de outros sombrios poderes, mas sim um *resultado do desenvolvimento tecnológico e econômico da era moderna da Europa*. Com base na abertura de novas vias comerciais do século XVI, já com a industrialização do século XVIII teve início uma distribuição internacional do trabalho. Para o mundo inteiro, porém, a globalização da economia e do comércio passou a se tornar visível na Europa do século XIX: por um lado através do comércio exterior liberalizado com base no princípio do favorecimento (Tratado de Cobden, 1860, entre França e Inglaterra) e do padrão-ouro (que possibilitou o uso de regras

¹⁵⁹ SUN, 2010, p.129.

¹⁶⁰ KÜNG, Hans. Uma ética global para a política e a economia mundiais. Petrópolis- RJ: Editora vozes, 1999.

unificadas para a política monetária e financeira), e por outro através da aceleração do comércio, com a navegação a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo. Mas após uma fase passageira de nacionalismo isolacionista ela se impôs no sistema econômico mundial após a Primeira Grande Guerra, agora expandindo policentricamente com a ajuda do transporte aéreo, que – após uma interrupção pela Segunda Guerra Mundial – imediatamente antes da virada do milênio alcançou seu ponto culminante, atingindo alturas quase vertiginosas.¹⁶¹

É fato que partido dessa premissa, de que a globalização se projeta mais como um fato histórico que uma conspiração dos grandes países desenvolvidos, a questão fica mais realista, quando discutida. Trabalhar na contramão dessa via pode ser um gasto de energia em vão. Como então lidar com esse fenômeno considerando que é um fato histórico e que, ao mesmo tempo, também aproveitado por aqueles que projetam a economia mundial?

Como tratado anteriormente, quando os meios nos quais a economia se processa vertem em benefícios de uma nação em detrimento de outras, essa economia precisa ser questionada. Sua ética precisa ser discutida e formulada com base em novos critérios. Se a democratização foi a grande *boa-nova* do capitalismo ocidental, esse mesmo capitalismo se apresenta agora como uma ameaça aos processos de democratização mundial. Se colocadas na balança as posturas antidemocráticas assistidas na geopolítica mundial, perceberá facilmente que temos uma crise de civilização. Como se verifica:

A revolucionária mudança estrutural na economia não pode mais ser ignorada: Não somente o trabalho e a produção, mas também a ciência e os meios de comunicação se tornam cada vez mais livres das posições nacionais. Esta nova liberdade e a liberalidade cria possibilidades inteiramente novas, mas também – sobretudo para uma política econômica, social e ecológica nacionais – dificuldades inteiramente novas.¹⁶²

Os problemas relativos ao mundo do trabalho e à questão ecológica são os pontos intangíveis da nova conjuntura global que chegam a todo o mundo, porém, fatos que merecerão atenção e destaque. Se de um lado se expande as formas de produção com instalação de parques industriais no exterior, os problemas de remuneração com mão-de-obra barata e dignidade do trabalhador ficam ao relento.

Com a instalação de indústrias sejam elas de produção ou mesmo de exploração mineral, os problemas ecológicos se mostram devastadores. Há que se pensar nos problemas climáticos que surgem dos impactos ambientais causados pela articulação às vezes, pouco criteriosas dos grandes grupos econômicos. Indaga-se se o modo como a economia tem se processado hoje seria a única forma criativa a qual o ser humano pode ter para reconstruir sua história política. Portanto,

A globalização não é *nenhum fenômeno da natureza*, como um furacão, diante do qual ninguém pode fazer nada. E uma vez que a “mão invisível da divina providência” jamais impediu o fracasso humano, não podemos

¹⁶¹ KÜNG, 1999, p.279.

¹⁶² KUNG, 1999, p. 282.

senão considerar com bastante ceticismo o dogma de fé, ainda bastante difundido entre os economistas, da “mão invisível da concorrência”, que não conseguiu impedir as crises da economia mundial. Os economistas possuidores de autocritica de qualquer maneira não concordam: o mercado, como instrumento de controle, pode falhar por isso a política, com sua função ordenadora, é imprescindível.¹⁶³

O estado de *bem-estar social* se mostrou como alternativa para as economias desenvolvidas do *Pós-Guerra*. O Estado, entendendo sua participação de reger e cuidar do bem de todos os cidadãos, por meio de forte arrecadação de impostos promove a redistribuição de seus recursos em forma de financiamento do *bem-estar* da população. Esse meio de amenizar a rigidez econômica de autorregulamentação torna-se cada vez mais discutido, principalmente na Europa. Os economistas perceberam que há um limite para o endividamento do Estado e, deixar de perceber isso pode ser fatal para todo o cidadão.

As crises Americana e Europeia acentuam que problemas dentro dessa estrutura precisam ser revistos. A tendência que se vê é a de retornar a um neocapitalismo, abdicando das conquistas sociais, sem levar em conta elementos éticos. Isso se torna problemático na medida em que o investimento na saúde, educação, saneamento básico, trabalho etc., passam a ser comprometidos com as políticas de austeridade.

Os governos que caminham nessa direção, estão orientados pelo desmonte do Estado de *bem-estar* e a implementação de uma política econômica neoliberal. Esse retrato pode sinalizar o enfraquecimento dos governos que se encontram endividados e precisam de recursos externos para se recompor somado ao aproveitamento dos especuladores que jogam com essa fraqueza governamental.

Temos aqui um problema ético instalado. Simplesmente propor a extinção de um Estado de *bem-estar* pode soar como ausência de pulso firme por parte dos governantes e presidentes de bancos centrais, no sentido de erigir uma ética que seja sustentável para uma sociedade em declínio econômico. O Estado precisa, na verdade de uma reconfiguração dos modos de articular-se socialmente, sem renunciar a sua função enquanto tal.

Os esforços para tal situação merecerão um entendimento e uma articulação que leve em conta todos os atores sociais e econômicos. As medidas a serem adotadas pelo Estado, quando ninguém se atenta para os problemas existentes na economia seria os seguintes, como assevera Küng, citando um caso da Suécia:

O estado não pode gastar mais do que seus cidadãos podem e se dispõem a pagar através de impostos. Impostos excessivos levam à sonegação em larga escala. Se a carga de juros a ser paga pelo estado se torna maior que o superávit do crescimento econômico, um novo endividamento do estado passa a ser inevitável, mesmo que apenas para pagar os juros; mas um endividamento sempre crescente leva ao esgotamento das finanças do estado e, por fim à bancarrota. O estado intumescido tem necessidade de ser reconduzido; parlamentos grandes demais precisam se encolher, uma administração estatal muitas vezes pesada e esbanjadora precisa de uma limpeza, coisas que hoje talvez sejam contestadas, no máximo, por burocratas empedernidos ou por marxistas

¹⁶³ KUNG, 1999, p. 290.

tradicionais; para muitos o estado de *bem-estar social* transformou-se num monstro burocrático e sem transparência.¹⁶⁴

Compreendidas as dificuldades e a crise pela qual passa o Estado de *bem-estar social*, deve-se atentar que mudanças das mais importantes precisam ser reconsideradas. O compartilhar do desenvolvimento e, ao mesmo tempo da autorregulação precisam ser caminhos para todos. Se de um lado o Estado precisa entender que não consegue dar conta de todos os processos de desenvolvimento da sociedade, enxugando seus gastos, de outro, a cultura de autorregulamentação precisa ser administrada pela economia com uma atuação mais criteriosa quando do uso dos recursos naturais.

O neocapitalismo que propõe o funcionamento da economia por meio da mão invisível deve admitir que a liberdade pregada não se mostre disponível a todos que dele participa. Da mesma forma que a o socialismo precisa reconhecer que o Éden não será construído somente com a cultura de *bem-estar social*. Para exemplificar essa noção de uma nova ética, Küng endossa que

Onde quer que a *política do livre comércio* deixe de ser uma simples máxima de ação a ser aplicada com critério e passe a ser um dogma absoluto e um objetivo em si mesmo, ao qual todos os demais aspectos econômicos e sociais devam subordinar-se, ela terá que contar com poderosas forças sociais de reação. Quanto mais *vagas de trabalho forem extintas ou exportadas* (quer isto seja justificado do ponto de vista econômico e político, ou não) tanto mais também fica abalada a confiança na segurança econômica e na estabilidade da força de compra; economizar em pesquisa e desenvolvimento leva facilmente a que sejam perdidas as oportunidades de renovação. Quem *faz enxugamento unicamente em vista de lucros imediatos* põe em perigo futuras chances de crescimento e negligencia inteiramente o fator lealdade que se baseia na confiança para com o empregador e numa longa colaboração [...]. Quando a produtividade e a rentabilidade aumentam, os *trabalhadores* não podem ser mal remunerados, mas devem ter *sua parte no aumento da produtividade*; muito menos deve-se admitir que eles sejam despedidos no caso de a empresa estar indo bem.¹⁶⁵

Há que se ter, portanto, uma boa medida para instrumentalizar a economia. O critério único do *crescimento econômico* que deixa para traz questões que tocam a integralidade humana e seu desenvolvimento precisa ser repensado dentro da economia. Do mesmo modo, o que se vê é que um estado com endividamento maior que a sua arrecadação, também tem limites.

Nesse caminho, nem a neo-estatização com sua política centralizadora e nem o neocapitalismo com sua autorregulação surgem como respostas absolutas e plausíveis para a atualidade. Faz-se necessário levantar questões que apontem para uma nova ética. Repensar os processos de humanização dentro da economia é trazer para ela elementos omitidos em sua gestação e desenvolvimento, dando-lhe aportes significativos para a construção de um novo mundo, mais justo e sustentável e solidário.

¹⁶⁴ KÜNG, 1999, p.298ss.

¹⁶⁵ KUNG, 1999, p. 301.

3. Relacionar ética e economia: desafios atuais

A ética torna-se o fator fundamental quando pensamos a economia a partir da categoria de humanização. A humanização na economia pressupõe uma leitura mais aprofundada dos movimentos no intuito de entender e fomentar possibilidades de concretização da justiça, liberdade e solidariedade em um sistema altamente competitivo. Logo, falar de economia na atualidade é analisar sua configuração, evidenciando por quais pressupostos age e se desdobra.

Alemán¹⁶⁶, abordando a problemática atual da relação entre economia e ética assevera que é “impossível falar seriamente, [...], substantivamente e de forma erudita nos diversos paradigmas atuais da teoria e política econômica, sem introduzir o problema fundamental da ética.”¹⁶⁷

Para ele, o ponto de partida que vai demarcar qualquer discussão em torno do tema será a possibilidade de apresentar o fundamento da ética. Nessa direção vai apontar que o ser humano tem profundas conexões com os demais animais, tendo como diferencial a capacidade de reinterpretar os estímulos e não agir, somente em função deles e por instinto. Assim sendo, “a moralidade, então, resulta de desenvolver nossos projetos de vida de acordo com os “mores” ou costumes sociais”.¹⁶⁸

Essa é a dimensão prática da moral; compreender e agir com dinamismo diante do ambiente no qual está envolvido o indivíduo. Nessa perspectiva, a ação humana não se limitaria a instintos como a dos demais seres vivos. Ela exerceria papel fundamental à medida que age na liberdade da construção de sua própria existencialidade. Junges, tratando da dimensão prática da moral enfatiza que

Só o ser humano sonha com mundos novos, com relações cada vez mais fraternas e com um novo céu e nova terra; só ele cria utopias, que não são mecanismos de fuga fácil das contradições presentes. Pertencem à própria realidade do ser humano, que é um ser que continuamente projeta, desenha o futuro, vive de promessas e se alimenta da esperança. São as utopias que impedem o absurdo de tomar conta da história.¹⁶⁹

Nesse caminho, entender a economia na atualidade, bem como seus impactos na vida de pessoas e o meio onde se inserem é evocar as utopias que são próprias do ser humano em sua constituição identitária.

A dimensão utópica da imaginação possibilita que se transcenda a situação dada, idealizando algo diferente do presente e, assim, desencadeando uma práxis que é projetual. A projeção é uma atividade da razão prática que parte da experiência e aponta para algo que a ultrapassa.¹⁷⁰

A economia pensada em relação à ética coloca desafios que poderão ser eixos norteadores de toda funcionalidade econômica. Alemán aponta que o paradigma

¹⁶⁶ ALEMÁN, José Luis. *Problemática actual de La relación entre economía y ética*. In: SCANONNE, J. C; REMOLINA, G. (Org.). *Ética y economía*. Buenos Aires: Editorial Bonum, 1998.

¹⁶⁷ A tradução para esse texto é livre por parte deste autor. Esse processo acompanha as demais citações.

¹⁶⁸ ALEMÁN, 1998, p.21.

¹⁶⁹ JUNGES, 2001, p. 54.

¹⁷⁰ JUNGES, 2001, p.54.

*técnico*¹⁷¹ que mecaniza todas as esferas de relacionamento, reduzindo-as a uma materialidade, elimina, por sua vez, a possibilidade de uma ética. O paradigma *consequencialista* analisa a economia com pressupostos da otimização, sem dar espaço para as demais ações embutidas em todo o processo econômico, tais como o ser humano como ser dinâmico.

Outro paradigma ainda apresentado por Alemán é o deontológico¹⁷². Se em Aristóteles, a economia se desdobrava da ética e, deveria ordenar a vida para a *felicidade* e não para a acumulação, a economia predominante na atualidade é uma economia que se rege pelo mercado e baseia-se, predominantemente na busca da lucratividade. Esse paradigma vai apontar que existem direitos no âmbito da economia que não se aplica ou favorece a *maioria* das pessoas.

Por último, outro desafio apontado por Alemán para a economia atual é o paradigma da comunicação, extraído de Habermas¹⁷³. A comunicação, em contexto de pluralidade e complexidade deverá caminhar na direção de um consenso mínimo onde haja transparência por parte dos setores envolvidos. Desse modo, a fundamentação se basearia em um senso onde haja coerência e sempre no campo do diálogo, renunciando aos mecanismos institucionais de controle, produzindo uma caminhada frutífera rumo à justiça.

A dimensão econômica que falta à economia é a Utopia. Como todas as possibilidades de futuro são realizadas no pragmatismo tecnológico e na acumulação de bens, as demais dimensões humanas são subtraídas ou até mesmo liquidadas do âmbito econômico. Tratando sobre a práxis enquanto dimensão situacional (experiência) e projetual (utopia) Junges vai enfatizar que:

A utopia tem um lugar próprio e essencial numa racionalidade prática que não se limite a um mero cálculo de meios e fins, mas queira estabelecer a natureza e o valor dos próprios fins. [...] Trata-se de construir uma sociedade verdadeiramente democrática através de uma práxis histórica e solidária que, por um lado, busque a superação do dado situacional injusto e, por outro, projete um futuro de igualdade que contemple uma melhoria na vida de todos, especialmente daqueles que sofrem as consequências da situação a ser superada.¹⁷⁴

Só se pode pensar em humanização da economia inserindo nela as utopias inerentes ao ser humano. A simples luta entre as classes, representada principalmente pelos sindicatos precisarão rever seu papel diante de uma nova conjuntura que se anuncia. A utopia fará com que os espaços de competição se transformem em espaços próprios de construção diante dos dilemas que enfrentamos na economia. Küng faz severa crítica à polarização de lutas entre a esfera capitalista e socialista.

Os dois sistemas sociais antagônicos típicos, *comunismo (socialismo) e capitalismo*, devem ser entendidos como sistemas desesperançadamente comprometidos e superados. Esses conceitos do mesmo modo já se tornaram somente embalagens aleatórias, que em

¹⁷¹ ALEMÁN, 1998, p.22ss

¹⁷² ALEMÁN, 1998, p.25.

¹⁷³ ALEMÁN, 1998, p.27.

¹⁷⁴ JUNGES, 2002, p. 54ss.

cada lugar significa algo diferente. Em cultura pura, talvez só exista em alguns países totalitário-comunistas como a China e a Albânia, e talvez ainda em alguns países da América do Sul. Faticamente, o capitalismo clássico foi corrigido por elementos estruturais socialistas, enquanto o socialismo clássico (comunismo) se mostrou incorrigível. [...] Numa tal economia, deve haver constantemente a busca, por um lado, por equilíbrio entre os interesses do capital (eficiência e lucro) e pelos interesses sociais e ecológicos por outro lado. Em resumo, deve-se buscar uma *economia de mercado ecossocial*.¹⁷⁵

Kung tem razão quando traz em seu discurso uma proposta de uma nova economia. Negar a necessidade do mercado se torna problemático, dadas as configurações já presentes na atualidade. Domesticar o mercado por meio de disciplinas que nasçam de um processo de conscientização mais aprofundada acerca do valor da vida, das pessoas e da própria natureza poderá ser o paradigma que irá renovar (ou está renovando) as expectativas da economia daqui por diante.

Conclusão

O que fica como pressuposto para a humanização é que a moral não é uma atividade ao lado das outras, mas uma instância que deve humanizar todas as atividades humanas. Ao tratar da economia em referência à ética, deve-se levar em conta que urge tratar das questões sociais e ecológicas na mesma proporção que as de mercado.

Como a ênfase que se tem dado pelos governos diante das crises mundiais foi a de proceder a um renascimento do capitalismo que nega a manutenção de um Estado de *bem-estar*, o que precisa ser discutido agora é o comprometimento do processo de democratização instalado nos Estados modernos.

Do mesmo modo, a economia precisa ir além de posicionamentos político-partidários e avançar na direção de uma proposição que vá de encontro aos reais problemas da atualidade. A natureza anuncia seu limite na extração feita pela ação humana, a especulação ainda tem a primazia sobre a produção, a democracia tem sido ameaçada, a ética, por conseguinte tem sido ferramenta ameaçadora para os grandes grupos econômicos.

Tal situação aponta para um limite em que, se descuidado de seu impacto, gerará a perda de vida na terra. A terra tem uma dinâmica natural que precisa ser respeitada. Os ciclos de reabilitação precisam ser protegidos. Toda humanidade é parte de uma casa que, só poderá ser habitável se a vida for preservada: a vida social, ambiental, econômica, política e utópica. Sem esses pressupostos a economia não cumprirá o papel de humanizadora das relações. Com a devida atenção, veremos que é possível um novo mundo mais justo, humano e solidário e ético.

Referências

ALEMÁN, José Luis. Problemática actual de La relación entre economía y ética. In: SCANONNE, J. C; REMOLINA, G. (org.). *Ética y economía*. Buenos Aires: Bonum, 1998.

¹⁷⁵ KÜNG, Hans. Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 3. Ed. São Paulo: Paulinas, 2001.



- ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ASSMANN, Hugo. *Economia e teologia*. In: FLORISTAN, Cassiano (org.). *Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo*. S. Paulo: Paulus, 1999.
- CAMACHO, Ildelfonso (et al). *Praxis Cristã III. Práxis Cristã: opção pela justiça e liberdade*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- JUNGES José Roque. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.
- KÜNG, Hans. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SUN, Jung Mo. *Desejo, mercado, religião*. São Paulo: Fonte, 2010.
- VOS, Herman; VERVIER, Jacques. *Utopia cristã e lógica econômica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ZAMAGNI, Stefano. *Civilizar a economia: amor e o lucro após a crise econômica*. *Cadernos IHU Ideias*. S. Leopoldo- RS. n. 155, p. 4-29, 2011.